



Município de Castro

Diretoria de Suprimentos

MUNICÍPIO DE CASTRO – ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO INTERIOR E LOGÍSTICA

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS

(processo digital nº 19578/2026)

PREGÃO Nº 076/2026

EMISSÃO 16/06/2026

ABERTURA: 02/07/2026

HORÁRIO 09h00min

O MUNICÍPIO DE CASTRO/PR, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Patrimônio, mediante Agente de Contratação e Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 712/2025, lei Municipal 4197/2025, torna público que a Diretoria de Suprimentos, sito à Praça Pedro Kaled, nº 22, nesta cidade, realizará licitação sob modalidade Pregão na forma eletrônica, do tipo **MENOR PREÇO – LOTE**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos.

<p><u>MODO DE DISPUTA</u> <u>ABERTO</u></p> <p>TIPO MENOR PREÇO POR LOTE</p> <p>REGISTRO DE PREÇO</p>	<p>Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas: Até 08h30min do dia 02/07/2026</p> <p>Início da sessão / disputa de lances: 09h00min do dia 02/07/2026</p> <p>Local: https://bllcompras.com " Acesso Identificado"</p>
---	---

1. OBJETO: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM COMO OBJETIVO A ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS E CAMINHÕES EQUIPADOS COM SISTEMA VIA SATÉLITE (GPS) POR HORA MÁQUINA, COM SEUS RESPECTIVOS OPERADORES COM VIGÊNCIA DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

2. VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

2.1. O valor máximo estimado para este Pregão é de **R\$ 21.525.288,00 (vinte e um milhão, quinhentos e vinte e cinco mil, duzentos e oitenta e oito reais)**

2.2. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da seguinte **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 18.02.421.2057. 3339039120000000000 – Locação de Máquinas e Equipamentos 0 – Recursos Ordinários (livres).**

3. SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações BLL. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o **Local: <https://bllcompras.com> ("Acesso Identificado")**.

O edital estará disponível nos endereços www.castro.pr.gov.br e <https://bllcompras.com> e ou nas



Município de Castro

Diretoria de Suprimentos

páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/> e publicado no sítio eletrônico oficial.

Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) **Márcia dos Santos** e equipe de apoio, designadas pelo decreto nº 712/2025.

- **E-mail:** licitacao@castro.pr.gov.br

- **Telefones:** (42) 2122 – 5008.

- **Endereço:** Praça Pedro Kaled, nº 22 – CEP 84.165-540, Castro / Paraná

1- O atendimento: das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min.

4 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

4.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133/2021 e do Decreto n.º 1428/2023, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico <https://bllcompras.com>, pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9, das Condições Gerais deste Edital;

4.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no site – www.castro.pr.gov.br e <https://bllcompras.com>

5 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

5.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

5.2 A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133/2021, Decreto nº 1428/2023, bem como as suas devidas alterações.

6. REQUISITOS A SEREM ATENDIDOS PELA CONTRATADA

6.1. Os serviços serão de movimentação de terra e materiais para revestimentos, cortes e aterros, cascalhamento e carregamento de materiais, serviços de drenagem, pavimentação, e demais serviços afetos às necessidades de manutenção de estradas e vias de todo o município.

6.1.1. Todos os **Equipamentos, Máquinas e Caminhões** deverão estar **equipados (os) com sistema Via Satélite (GPS)**, com o objetivo de garantir o acompanhamento das operações, sendo que as informações deverão ser disponibilizadas a contratante em tempo real de uso do item. **Os custos do Sistema GPS deverão fazer parte integral da proposta comercial.**

6.1.2. Considerando a maior eficiência na fiscalização do contrato e das horas produtivas e improdutivas, **Será Permitida a Subcontratação Somente para o Sistema de GPS.**

6.1.3. A contratada deverá disponibilizar o sistema informatizado de rastreamento e monitoramento das máquinas e caminhões locados, em ambiente seguro, via web browser



Município de Castro

Diretoria de Suprimentos

(internet), com funcionamento online que possua funcionalidades que permitam rastreamento em tempo real; registro; consulta da rota e eventos ocorridos durante o deslocamento das máquinas e caminhões, devendo emitir relatórios de acompanhamento operacionais e gerenciais. No relatório deverão constar; identificação do equipamento; data e hora de início e finalização do trajeto, sendo que **Todas as Informações Coletadas Através do Monitoramento Via GPS, Deverão Estar Disponíveis ao Município Durante Toda a Vigência Contratual.**

6.1.4. Os relatórios deverão ser enviados através de meio eletrônico à Secretaria responsável (Secretaria Municipal de Infraestrutura do Interior e Logística), conforme cronograma a ser definido após a assinatura do contrato.

6.1.5. Poderá a proponente apresentar qualquer máquina exigida, através de vínculo com terceiros, mediante contrato devidamente registrado, de locação, comodato, ou outro vínculo legalmente constituído, para comprovação.

6.1.6. Os equipamentos deverão ser identificados com plotagem nas portas, ou locais visíveis contendo; Nome da Empresa e: A Serviço da Prefeitura Municipal de Castro.

6.1.7. A Contratada deverá colocar à disposição do município de Castro – PR, seus serviços durante 08 (oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira e, eventualmente, aos sábados, domingos e feriados.

6.1.8. A empresa contratada deverá realizar o transporte do equipamento e dos operadores, sempre que requisitado pelo contratante, ao local e horário determinados pelo responsável pelo serviço.

6.1.9. O serviço prestado será remunerado por hora e/ou frações de horas trabalhadas. Para fins de pagamento serão medidas as horas efetivamente trabalhadas em campo e paga pelo valor da proposta financeira final (pós disputa do pregão), de acordo com o Boletim de Medição Mensal, mediante validação efetuada por servidor indicado pela Secretaria Municipal responsável.

6.1.10. Será(ão) remunerada(s) como hora(s) parada(s), as horas e/ou frações de hora em que as máquinas fiquem paradas à disposição do Contratante em decorrência de dias ou horas impraticáveis em razão de fatores climáticos ou por falta de frente de serviço, desde que os mesmos permaneçam à disposição do Contratante. Nestes casos o valor será de 1/3 (um terço) do valor da hora, multiplicado pelo período que ficou parado, uma vez que o equipamento esteve à disposição da contratante.

6.1.11. O ano de fabricação/modelo não deve ser inferior a 05 anos de uso.

6.1.12. O maquinário deverá estar em bom estado de conservação, pneus, lataria, mecânica, bem como materiais de sinalização, socorro, horímetro e demais instrumentos de segurança, sendo que as máquinas serão vistoriadas por servidor indicado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura do Interior e Logística, através da Diretoria de Logística, responsável pela frota municipal.

6.1.13. Caberá ao proponente vencedor protocolar junto ao fiscal do contrato indicado pela (s) secretaria (s), no parque de máquinas, no ato do início dos serviços, entrega da ordem de serviço cópia da CNH dos operadores e cópia do Documento dos equipamentos, bem como a cada substituição do equipamento ou operador. Os equipamentos deverão estar em perfeitas condições legais, de funcionamento e regularmente documentados, dentro das normas de trânsito vigentes, para transitarem nas vias públicas, atendendo às exigências do Código Nacional de Trânsito quanto aos acessórios e segurança.

6.1.14. A contratada ficará responsável por todas as despesas decorrentes dos equipamentos, pneus, insumos (combustível, lubrificantes, etc...), manutenção preventiva e corretiva necessárias à execução dos serviços e também despesas referentes aos custos com operadores e seus encargos sociais e trabalhistas.

6.1.15. Caso algum dos equipamentos venha a ficar parado por falta de combustível, a empresa poderá ser notificada pelo Contratante e será pago somente o período fracionado em que o equipamento esteve operando.

6.1.16. Após o recebimento do empenho e da solicitação da máquina, a empresa deverá disponibilizar o equipamento para trabalho em até 05 cinco dias úteis, no local onde foi solicitado.

6.1.17. Caso venha ocorrer alguma paralisação devido à quebra, manutenção preventiva, manutenção corretiva ou demais problemas mecânicos, a proponente deverá substituir o



Município de Castro

Diretoria de Suprimentos

equipamento em até 24 (vinte e quatro) horas.

6.1.18. Caso seja necessário a contratada recolher algum equipamento, do local de trabalho onde está sendo efetuado o serviço, o fiscal do contrato deverá ser comunicado oficialmente, com mínimo de 72 (setenta e duas) horas de antecedência.

6.1.19. Correrão por conta da proponente vencedora todas as despesas com alimentação, deslocamento, transporte de funcionários, transporte de equipamentos.

6.1.20. Referente aos **Itens do Lote 13 (treze)** serão contratados todos os itens relacionados, considerando que os mesmos serão utilizados na **Patrulha Rural**.

6.1.21. Referente ao Item 5, do lote 13 da patrulha rural, os veículos deverão possuir caçamba com capacidade mínima de carga especificada para o item (mínima de 12 M³), não será permitido caminhão com caçamba roll-on (rolar).

6. 2. QUADRO RESUMO DA COMPOSIÇÃO DO ÍNDICE PARA PROPOSTA DE PREÇO:

Lote: 1 - [LOCAÇÃO DE MOTONIVELADORA]					
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE MOTONIVELADORA C/ ESCARIFICADOR TRASEIRO, POTÊNCIA MÍNIMA 165 HP - REVISADA, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO.	HORA	13.800,00000	446,8000	6.165.840,00
					Soma: 6.165.840,00
Lote: 2 - [LOCAÇÃO DE RETRO ESCAVADEIRA]					
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE RETROESCAVADEIRA 4 X 4 POTÊNCIA MÍNIMA BRUTA 77 HP - REVISADA, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, O ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO.	HORA	9.000,00000	248,6000	2.237.400,00
					Soma: 2.237.400,00
Lote: 3 - [LOCAÇÃO DE ROLO COMPACTADOR LISO]					
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO LISO - POTÊNCIA BRUTA 130 HP - FREQUÊNCIA 31,9 HZ, AMPLITUDE MÁXIMA 1,7 MM, FORÇA CENTRÍFUGA MÁXIMA 266 KL, REVISADO, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, O ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO.	HORA	6.500,00000	312,5900	2.031.835,00
					Soma: 2.031.835,00
Lote: 4 - [LOCAÇÃO DE ROLO COMPACTADOR CORRUGADO]					
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO CORRUGADO - POTÊNCIA BRUTA 130 HP - FREQUÊNCIA 31,9 HZ, AMPLITUDE MÁXIMA 1,7 MM, FORÇA CENTRÍFUGA MÁXIMA 266 KL, REVISADO, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, O ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO.	HORA	2.400,00000	312,5900	750.216,00
					Soma: 750.216,00
Lote: 5 - [LOCAÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA]					
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, POTÊNCIA BRUTA MÍNIMA 155 HP, PROFUNDIDADE DE ESCAVAÇÃO MÍNIMA 6.100 MM, ESTEIRA C/ MÍNIMO DE 09 ROLETES, COM CABINE FECHADA, AR CONDICIONADO, REVISADA, BOM ESTADO DE	HORA	4.000,00000	400,0000	1.600.000,00



Município de Castro

Diretoria de Suprimentos

	CONSERVAÇÃO, O ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO.				
					Soma: 1.600.000,00
Lote: 6 - [LOCAÇÃO DE ROLO PNEUMÁTICO]					
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE ROLO PNEUMÁTICO, DIESEL CILINDRADA: 5900 CM ³ (5,9L), POTÊNCIA NO VOLANTE: 111 HP (83 KW) TORQUE MÁXIMO: 400 NM A 1200 RPM, PESO SEM LASTRO: 9500 KG PESO COM AREIA ÚMIDA: 22.400 KG, PESO COM AREIA E FERRO: 26000, ANO NÃO SUPERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO.	HORA	3.600,00000	280,8200	1.010.952,00
					Soma: 1.010.952,00
Lote: 7 - [LOCAÇÃO DE MINI CARREGADEIRA COM VASSOURA HID]					
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE MINI CARREGADEIRA POTÊNCIA MÍNIMA 57 HP COM ENGATE RÁPIDO CAÇAMBA, COLETOR VASSOURA HIDRÁULICA, O ANO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO;	HORA	3.500,00000	206,3300	722.155,00
					Soma: 722.155,00
Lote: 8 - [LOCAÇÃO DE MINI CARREGADEIRA COM VASSOURA CERDA NYLON OU POLIPROPILENO]					
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE MINI CARREGADEIRA POTÊNCIA MÍNIMA 57 HP COM ENGATE RÁPIDO CAÇAMBA, COLETOR VASSOURA HIDRÁULICA COM CERDAS DE NYLON OU POLIPROPILENO, O ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO;	HORA	1.600,00000	206,3300	330.128,00
					Soma: 330.128,00
Lote: 9 - [LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA]					
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA C/MOTORISTA E DIESEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12.000 LITROS, COM BARRA DE IRRIGAÇÃO TRASEIRA PARA DISTRIBUIÇÃO UNIFORME DE ÁGUA POR GRAVIDADE, MANGUEIRA AUXILIAR DE LIMPEZA PARA LAVAGENS DE PISOS E PISTAS, RABO DE PAVÃO (ASPELOR TRASEIRO) PARA UMIDIFICAÇÃO DE VIAS E ACESSOS, CANHÃO DE ÁGUA COM ACIONAMENTO PNEUMÁTICO, BOMBA PARA ABASTECIMENTO, IRRIGAÇÃO, TRATAMENTO DE SOLO EM GERAL, O ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO.	HORA	1.800,00000	136,4600	245.628,00
					Soma: 245.628,00
Lote: 10 - [LOCAÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA]					
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA 4 X 4, POTÊNCIA MÍNIMA DE 75 HP ANO NÃO INFERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO	HORA	1.500,00000	200,0000	300.000,00
					Soma: 300.000,00
Lote: 11 - [LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PRANCHA]					
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PRANCHA COM MOTORISTA, PARA TRANSPORTE DE MAQUINAS/EQUIPAMENTOS PESADOS, REVISADO EM BOAS CONDIÇÕES DE USO	QUILÔMETRO	1.500,00000	13,5200	20.280,00
					Soma: 20.280,00
Lote: 12 - [LOCAÇÃO DE MINI ESCADEIRA]					



Município de Castro

Diretoria de Suprimentos

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE MINI-ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM CAPACIDADE DE PESO OPERACIONAL DA MÁQUINA DE NO MÍNIMO 3.600 KG, COM NO MÁXIMO 05 ANOS DE FABRICAÇÃO, INCLUSIVE CUSTOS DE MANUTENÇÃO, COMBUSTÍVEL E OPERADOR	HORA	2.300,00000	222,3300	511.359,00
					Soma: 511.359,00

Lote: 13 - [LOCAÇÃO PATRULHA RURAL]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE MOTONIVELADORA C/ ESCARIFICADOR TRASEIRO, POTÊNCIA MÍNIMA 165 HP - REVISADA, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO.	HORA	1.800,00000	446,8000	804.240,00
2	LOCAÇÃO DE ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO CORRUGADO - POTÊNCIA BRUTA 130 HP - FREQUÊNCIA 31,9 HZ, AMPLITUDE MÁXIMA 1,7 MM, FORÇA CENTRÍFUGA MÁXIMA 266 KL, REVISADO, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, O ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO.	HORA	1.700,00000	312,5900	531.403,00
3	LOCAÇÃO DE ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO LISO - POTÊNCIA BRUTA 130 HP - FREQUÊNCIA 31,9 HZ, AMPLITUDE MÁXIMA 1,7 MM, FORÇA CENTRÍFUGA MÁXIMA 266 KL, REVISADO, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, O ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO.	HORA	1.600,00000	312,5900	500.144,00
4	LOCAÇÃO DE RETROESCAVADEIRA 4 X 4 POTÊNCIA MÍNIMA BRUTA 77 HP - REVISADA, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, O ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO.	HORA	1.600,00000	248,8000	398.080,00
5	LOCAÇÃO DE CAMINHÕES TRUCK CAÇAMBA, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12 M ³ , COM MOTORISTA E DIESEL POR CONTA DO LICITANTE VENCEDOR, REVISADO EM BOAS CONDIÇÕES E USO	QUILÔMETRO	260.000,00000	12,0000	3.120.000,00
6	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA C/MOTORISTA E DIESEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12.000 LITROS, COM BARRA DE IRRIGAÇÃO TRASEIRA PARA DISTRIBUIÇÃO UNIFORME DE ÁGUA POR GRAVIDADE, MANGUEIRA AUXILIAR DE LIMPEZA PARA LAVAGENS DE PISOS E PISTAS, RABO DE PAVÃO (ASPERSOR TRASEIRO) PARA UMIDIFICAÇÃO DE VIAS E ACESSOS, CANHÃO DE ÁGUA COM ACIONAMENTO PNEUMÁTICO, BOMBA PARA ABASTECIMENTO, IRRIGAÇÃO, TRATAMENTO DE SOLO EM GERAL, O ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO.	HORA	1.800,00000	136,4600	245.628,00
					Soma: 5.599.495,00
Valor Total					21.525.288,00

7.CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 O objeto/serviço do referido certame deverá ser entregue conforme determinações da Secretaria solicitante, durante toda a vigência contratual

7.2 A empresa participante deverá ser do ramo do objeto da licitação para prestação dos serviços, no Município de Castro-PR.

7.3 Os serviços prestados precisam estar em nível de detalhamento, qualidade e atendimento aos requisitos técnicos e legais exigidos através do Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

7.3.1 A empresa contratada deverá estar disponível para atendimento/esclarecimentos de segunda feira a sexta feira das 08h00 às 11:30 e das 13h00 às 17h30.

7.3.2 Os serviços serão executados de acordo com a necessidade e solicitação da Secretaria solicitante mediante apresentação de ordem de compra e nota de empenho.

7.3.3 Fica a contratada obrigada a reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, no todo ou em parte, o serviço em que se verifiquem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções.



Município de Castro

Diretoria de Suprimentos

7.3.4 A Contratante poderá Solicitar que sejam refeitos serviços que, ao seu julgar, não se enquadrem nos padrões aceitáveis de qualidade e que sejam substituídos equipamentos utilizados que, porventura, se constatado não serem compatíveis com o padrão exigido.

7.3.5 A execução do objeto deste certame deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art.117, caput).

7.3.6 O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a conclusão, uma vez verificada a execução satisfatória dos serviços, mediante termo de recebimento definitivo, ou recibo, firmado pelo fiscal do contrato.

7.3.7 Somente é permitida a subcontratação para o sistema de GPS, considerando a maior eficiência na fiscalização do contrato e das horas produtivas e improdutivas.

7.3.8 Demais informações e exigências no Termo de Referência (anexo I)

8. GESTOR E FISCAL DO CONTRATO:

8.1 O fiscal do contrato será responsável por todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços contratados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

8.2 A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Administração, não elide nem diminui a responsabilidade da contratada quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade da Administração ou servidor designado para a fiscalização.

8.3 GESTOR / FISCAL:

Secretaria Municipal de Infraestrutura do Interior e Logística

Gestor Titular: Rodrigo da Silva Bueno

Cargo: Assessor Especial de Infraestrutura do Interior e Logística

Matrícula: 9697578

Email: pqm@castro.pr.gov.br

Fone: 0(42)-2122-5086

Fiscal de Contrato: Daniel Machado Xavier

Cargo: Superintendente de Serviços

Matrícula: 714097

Fone: 0(42)-2122-5086

Fiscal de Contrato: Marcos Voss

Cargo: Diretor de vias Rurais

Matrícula: 9911

Email: pqm@castro.pr.gov.br

Fone: 0(42)-2122-5084

Secretaria Municipal de Governo (Departamento de Serviços)

Fiscal de Contrato: Sandro Marcos Kiel

Cargo: Assessor Especial de Serviços



Matrícula: 857548
Email: sandro.kiel@castro.pr.gov.br
Fone: 0(42)-2122-5538

8.4 Demais órgãos/entidades participantes e locais de entrega - **ANEXO VI.**

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

Encerrada a fase de lances, após a negociação, **serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos** fixados neste Edital.

2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

2.1 Modalidade **PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO**, na forma eletrônica.

2.2. Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o **valor máximo do ITEM/LOTE**, fixado fixada no Edital e demais anexos.

2.2.1 Os valores que permanecerem acima (salvo na hipótese de critério de maior desconto com possibilidade de lances negativo), conforme a aplicação da Lei Federal n.º 14.133/2021 e do Decreto n.º 1428/2023 n.º 10.086/2022) do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Edital e demais anexos, serão desclassificados”.

2.3. O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de **MENOR PREÇO OU MAIOR DESCONTO**.

2.4. Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima (salvo na hipótese de critério de maior desconto com possibilidade de lances negativo, conforme o previsto na aplicação da Lei Federal n.º 4197/2025 e do Decreto n.º 712/2025 do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Edital e demais anexos serão desclassificadas.”

3. PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

3.1 O prazo de validade das propostas será de 90 (noventa) dias.

4. PROPOSTA PARCIAL:

4.1. Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

5. SUBCONTRATAÇÃO:

5.1. Considerando a maior eficiência na fiscalização do contrato e das horas produtivas e improdutivas, **Será Permitida a Subcontratação Somente para o Sistema de GPS.**

5.2. Nos Demais Itens Não Serão Permitidas Subcontratação. Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, o fornecimento do serviço sem a prévia e expressa anuência da contratante.

6. CONSÓRCIO:

6.1 Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio.



7. ANEXOS:

- ANEXO I** – Termo de Referência - Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- ANEXO II** – Documentos de Habilitação;
- ANEXO III** – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- ANEXO IV** – Modelo de Procuração;
- ANEXO V** – Modelo de Declaração Conjunta;
- ANEXO VI** – Órgãos/Entidades Participantes e Responsáveis;
- ANEXO VII** – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- ANEXO VIII** - Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP;
- ANEXO IX** – Declaração LGPD;
- ANEXO X** - Decreto Municipal nº 778/2023 – Retenção do Imposto de Renda;
- ANEXO XI** - Lei estadual nº 18.712/2016 – Contratação de Trabalhadores - Através das Agências do Trabalhador do Paraná.

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1. A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras BLL - Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, na página www.bll.org.br

1.2 O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas BLL - Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil www.bll.org.br, adotado pela Administração Municipal.

1.3 O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no Decreto n.º 1145/2022.

1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração Municipal <https://bllcompras.com> ou www.bll.org.br, conforme instruções que podem ser obtidas na página ou, ainda, por meio do **telefone (41) 3097-4600** e no **e-mail contato@bll.org.br**.

1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração Municipal <https://bllcompras.com> ou www.bll.org.br, implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2. EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha



Município de Castro

Diretoria de Suprimentos

pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 1 - Das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.

2.3 Não poderão participar desta licitação, pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram penalizadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, concordata, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

- Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas às exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.6 O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3 PROPOSTA INICIAL

3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

a) O pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas neste edital;

b) A sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

3.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas observados o prazo e os critérios de disputa estabelecidos neste edital.

a) A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3 Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003 - CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os



Município de Castro

Diretoria de Suprimentos

licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

a) Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

3.5 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário do ITEM/LOTE;

4.1.2 Marca;

4.1.3 Fabricante;

4.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.6 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1 será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.



Município de Castro

Diretoria de Suprimentos

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 0,01 (um centavo)**.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 0,01 (um centavo)**.

5.8.1 Após o início da fase de lances, os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o valor mínimo de redução entre lances estabelecido no sistema eletrônico, **salvo disposição diversa informada durante a sessão pública**.

5.8.2 Considerando o disposto no art. 14, §5º, do Decreto nº 10.024/2019, e o funcionamento do sistema BLL, a partir de 1 (uma) hora de disputa aberta, durante a fase de prorrogação automática, **o(a) pregoeiro(a) poderá, mediante justificativa motivada e registrada em ata, ajustar o intervalo mínimo entre os lances**, com o objetivo de preservar a competitividade e o interesse público.

5.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

5.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.

5.16 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a



Município de Castro

Diretoria de Suprimentos

dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18 Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, conforme definido no Edital e demais anexos.

5.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006-

5.21 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.22 A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.23 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.26 Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.28.2 O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 03 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.28.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.



Município de Castro

Diretoria de Suprimentos

5.29 Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.2 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V da citada Instrução, sob pena de desclassificação.

6.3 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.6 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

6.6.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

6.6.3. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das **AMOSTRAS (quando exigidas)**, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.6.3.1 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.6.3.2 No caso de não haver entrega da amostra **(quando exigidas)** ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a), ou havendo entrega de amostra **(quando exigidas)** fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.6.3.3 Se a(s) amostra(s) **(quando exigidas)** apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) **(quando exigidas)** e, assim,



sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.6.3.4 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

6.6.3.5 Após a divulgação do resultado final da licitação, **as amostras negadas**, deverão ser recolhidas pelos licitantes **no prazo de 30 (trinta) dias**, após o qual poderão ser descartadas ou incorporadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

6.6.3.6 Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

6.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.8 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9 O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.9.1 Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.9.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.10 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

6.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto, até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.5 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.6 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento



da proposta.

7.7 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

8.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

8.1.2 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.3 Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

8.2 Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas, conforme ANEXO III.

9. OS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

9.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.2 A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

9.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados nos endereços



Município de Castro

Diretoria de Suprimentos

www.castro.pr.gov.br e <https://bllcompras.com>

9.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras **(quando exigidas)**, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

10.2 Não será permitida a adjudicação e a homologação PARCIAL do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um item/lote.

11 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 Homologada a licitação pela autoridade competente, a Diretoria de Suprimentos convocará o(s) adjudicatário(s) para assinar a Ata de Registro de Preços/Contrato, por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado), no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez, pelo mesmo prazo, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

11.1.1 O não atendimento à convocação, a recusa ou o silêncio do adjudicatário convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços, implicará desclassificação do certame, sem prejuízo das sanções previstas em lei e no item 13 deste Edital.

11.1.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços/contrato nos termo do Edital, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

11.2 O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata em diário oficial, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

11.3 Os licitantes reconhecem, desde já, que a assinatura da Ata de Registro de Preços, do(s) Contrato(s), ou retirada(s) da(s) nota(s) de empenho emitidas (ou documento equivalente), representam compromisso entre as partes, submetendo-as ao cumprimento do objeto licitado, nos prazos e condições constantes neste Edital e na legislação vigente.

11.4 O vencedor do certame deverá estar em conformidade com o edital e mantidas pelo adjudicatário durante a vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato.

11.5 A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas.

11.5.1 A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata depende de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

11.5.2 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA, tendo por termo inicial a data da apresentação da proposta e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

- O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item/lote registrado, que deve ser



Município de Castro

Diretoria de Suprimentos

protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

- O transcurso do período citado no item 11.5.2 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

12. PAGAMENTO

12.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta-corrente.

12.2 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 12.2 e 12.3 ou se recusar a assinar o contrato/ata ou receber a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

12.2.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

12.2.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 12.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

12.3 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida no Edital e demais anexos.

12.4 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

12.5 O pagamento será efetuado **em até 10 (dez) dias úteis** do lançamento da nota fiscal no Setor Contábil / Financeiro, sob depósito bancário em Conta-Corrente que deverá constar na nota fiscal.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Com fulcro na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 1428/2023 a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência;
- b) Multa, a qual pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;
- c) Impedimento de licitar e contratar; e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.1.1 Advertência

Será aplicada, por escrito, nas seguintes hipóteses:

- a) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;
- b) inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.



13.1.2 Multa compensatória

Será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, calculada da seguinte forma:

13.1.2.1 De 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

- a) Deixar de entregar a documentação exigida, porém não restar frustrado o certame;
- b) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.2.2 De 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor contratado ou valor estimado da contratação:

- a) Para aquele que deixar de entregar a documentação exigida, e em razão disso restar frustrado o certame;
- b) Para aquele que não manter a proposta, e em razão disso restar frustrada a contratação;
- c) Em caso de recusa do adjudicatário em assinar a ata de registro de preço, o Termo de Contrato ou documento equivalente, no prazo estabelecido;
- d) Em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual.

13.1.2.3 De 11% (onze por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada em caso de inexecução parcial do Termo de Contrato;

13.1.2.4 O atraso no cumprimento do cronograma superior a 30 (trinta) dias também será considerada inexecução parcial sendo aplicável a multa do item 20.1.2.3 do Edital.

13.1.2.5 De 21% (vinte e um por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

- a) Apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do Termo de Contrato;
- b) Fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do Termo de Contrato;
- c) Comportamento ilícito ou fraude de qualquer natureza;
- d) Prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) Prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;
- f) Entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- g) Dar causa à inexecução parcial do Termo de Contrato que gere grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- h) Dar causa à inexecução total do objeto do Termo de Contrato.

13.1.3 Multa moratória:

13.1.3.1 Não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, limitando-se a 30% (trinta por cento) do valor contratado. O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

- a) retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade;
- b) descontado do valor da garantia prestada;
- c) pago por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda e encaminhada ao requerido para pagamento em 10 (dez) dias úteis;
- d) encaminhada à Dívida Ativa, se infrutíferas as medidas dos incisos anteriores, para cobrança judicial.

13.1.4 Impedimento de licitar e contratar:

13.1.4.1 Será aplicado o impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

13.1.4.2 Impedimento pelo período de 06 (seis) meses a 01 (um) ano.



Município de Castro

Diretoria de Suprimentos

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, porém não restar frustrado o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

13.1.4.3 Impedimento pelo período de 1 (um) ano até 2 (dois) anos.

- a) dar causa à inexecução parcial do Termo de Contrato que gere grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

13.1.4.4 Impedimento pelo período de 1 (um) ano a 3 (três) anos.

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, e em razão disso restar frustrado o certame;
- b) não manter a proposta, e em razão disso restar frustrada a contratação;
- c) não celebrar o Termo de Contrato, não assinar a ata de registro de preço ou documento equivalente, no prazo estabelecido.

13.1.4.5 Impedimento pelo período de 2 (dois) anos a 3 (três) anos.

- a) não entregar o objeto da licitação sem motivo justificado;
- b) dar causa à inexecução total do Termo de Contrato.

13.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar Será aplicada a declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Termo de Contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Termo de Contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

13.2 O contratado está ciente e concorda que se possa ser utilizado, em caso de Processo Administrativo, os meios tecnológicos e Diário Oficial Eletrônico do Município para a respectiva comunicação dos atos processuais, conforme estabelecido no mesmo.

13.3 Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, sendo que a abertura do processo administrativo de penalização na fase de execução contratual pressupõe a prévia tratativa entre as partes, com a finalidade de sanar as irregularidades, sendo obrigatória a comprovação de que restou infrutífera.

13.3.1 Entende-se como tratativas o esforço despendido entre as partes com a finalidade de sanar a irregularidade, nas hipóteses que esta for possível.

14 DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

14.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

14.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

14.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da



Município de Castro

Diretoria de Suprimentos

inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

14.5 Referente a documentos faltantes ou a apresentação de documentos com prazo de validade expirada – A administração admite a juntada de documentos, desde que venham a atestar condição preexistente à abertura da sessão pública do certame, sem ferir os princípios da isonomia entre os licitantes, ou seja, não haverá desclassificação/inabilitação, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear eventuais falhas na classificação/habilitação.

14.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

14.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

14.8 O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

14.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

Castro, 16 de junho de 2026.

MÁRCIA DOS SANTOS
Pregoeira



Município de Castro

Diretoria de Suprimentos

ANEXO I – PE 076/2026

**TERMO DE REFERÊNCIA
(ANEXO EM ARQUIVO DIGITAL)**

**APÊNDICE DO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP
(ANEXO EM ARQUIVO DIGITAL)**



ANEXO II

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Os licitantes encaminharão (pós disputa), exclusivamente por meio do sistema, os documentos de habilitação exigidos no edital e proposta vencedora com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos pelo Pregoeiro para fins de habilitação (**máximo de 2 (duas) horas**), nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- Prazo para envio dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – máximo de 02 (duas) horas.**
- Este período poderá ser prorrogado, **desde de que solicitado pelo licitante, antes do fim do prazo.**
- É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

1.1 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Cédula de Identidade e CPF dos sócios;
- b) Registro comercial, Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

- c) Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II); Caso não conste na referida Certidão o prazo de validade da mesma, será considerado o prazo de **180 (cento e oitenta) dias** contados da data da sua emissão.

- b) **BALANÇO PATRIMONIAL e DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DE EXERCÍCIO E DEMAIS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (DRE) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta. **(Art 69 Lei 14.133/2021)**

b.1) Os documentos exigidos no item anterior serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos.

b.2) As empresas criadas no exercício financeiro dessa licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

b.3) Empresa com Capital Social inferior a 10% (dez por cento) do valor da Ata de Registro de Preços, apenas do somatório dos lotes que a empresa participante formular na proposta, nos termos do art. 69, § 4º da Lei nº 14.133/21.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no cadastro de pessoas jurídicas(CNPJ);
- b) Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;



Município de Castro

Diretoria de Suprimentos

- c) Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (certidão conjunta de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da união);
- d) Certidão de Regularidade com Fazenda Estadual;
- e) Certidão com a Fazenda Municipal;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011.

1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

A Licitante deverá apresentar Atestados de Capacidade Técnica, (com as suas respectivas Notas Fiscais), declarando que a mesma já prestou serviços compatíveis com o objeto desta licitação

1.5 DECLARAÇÃO CONJUNTA: Declaração de Idoneidade, Declaração que Cumpre os Requisitos do Edital, Declaração de Cotas de Aprendizagem, Inexistência de Fato Impeditivo, Declaração de Não Exploração de Trabalho Escravo e Infantil, Declaração de Inexistência de Menor Trabalhador, Declaração de Não Executar Trabalho Degradante ou Forçado, Declaração de Reserva de Cargos para Pessoas com Deficiência – PCD, Declaração de Atendimento à Política Ambiental de Licitação Sustentável (**ANEXO V**).

1.6 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso:

a) **Certidão Simplificada (atualizada) original da Junta Comercial** da sede do licitante ou documento equivalente;

1.7. De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.7.1. A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.8 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.9 Na hipótese do item 1.7, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.10 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.11 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.



Município de Castro

Diretoria de Suprimentos

ANEXO III

MODELO - PROPOSTA DE PREÇOS – PE 076/2026

1 DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor:	CNPJ/CPF:	
Inscrição Estadual:		
Endereço:	Bairro:	
CEP:	Cidade/Estado:	
Telefone:	E-mail:	
Banco:	Agência:	Conta-corrente:

Constitui objeto desta licitação: **Contratação de Empresa Especializada Visando a Prestação de Serviços de Locação de Equipamentos, Máquinas e Caminhões Equipados (os) Com Sistema Via Satélite (GPS) por Hora Máquina, Com Seus Respective Operadores Com Vigência de Preços Pelo Período de 12 (doze) Meses.**

2. Especificações técnicas:

Lote: 1 - [LOCAÇÃO DE MOTONIVELADORA]					
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE MOTONIVELADORA C/ ESCARIFICADOR TRASEIRO, POTÊNCIA MÍNIMA 165 HP - REVISADA, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO.	HORA	13.800,00000		
					Soma:
Lote: 2 - [LOCAÇÃO DE RETRO ESCAVADEIRA]					
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE RETROESCAVADEIRA 4 X 4 POTÊNCIA MÍNIMA BRUTA 77 HP - REVISADA, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, O ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO.	HORA	9.000,00000		
					Soma:
Lote: 3 - [LOCAÇÃO DE ROLO COMPACTADOR LISO]					
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO LISO - POTÊNCIA BRUTA 130 HP - FREQUÊNCIA 31,9 HZ, AMPLITUDE MÁXIMA 1,7 MM, FORÇA CENTRÍFUGA MÁXIMA 266 KL, REVISADO, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, O ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO.	HORA	6.500,00000		
					Soma:
Lote: 4 - [LOCAÇÃO DE ROLO COMPACTADOR CORRUGADO]					
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO CORRUGADO - POTÊNCIA BRUTA 130 HP - FREQUÊNCIA 31,9 HZ, AMPLITUDE MÁXIMA 1,7 MM, FORÇA CENTRÍFUGA MÁXIMA 266 KL, REVISADO, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, O ANO DE	HORA	2.400,00000		



Município de Castro

Diretoria de Suprimentos

	FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO.					Soma:
Lote: 5 - [LOCAÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA]						
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
1	LOCAÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, POTÊNCIA BRUTA MÍNIMA 155 HP, PROFUNDIDADE DE ESCAVAÇÃO MÍNIMA 6.100 MM, ESTEIRA C/ MÍNIMO DE 09 ROLETES, COM CABINE FECHADA, AR CONDICIONADO, REVISADA, BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, O ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO.	HORA	4.000,00000			
						Soma:
Lote: 6 - [LOCAÇÃO DE ROLO PNEUMÁTICO]						
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
1	LOCAÇÃO DE ROLO PNEUMÁTICO, DIESEL CILINDRADA: 5900 CM ³ (5,9L), POTÊNCIA NO VOLANTE: 111 HP (83 KW) TORQUE MÁXIMO: 400 NM A 1200 RPM, PESO SEM LASTRO: 9500 KG PESO COM AREIA ÚMIDA: 22.400 KG, PESO COM AREIA E FERRO: 26000, ANO NÃO SUPERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO.	HORA	3.600,00000			
						Soma:
Lote: 7 - [LOCAÇÃO DE MINI CARREGADEIRA COM VASSOURA HID]						
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
1	LOCAÇÃO DE MINI CARREGADEIRA POTÊNCIA MÍNIMA 57 HP COM ENGATE RÁPIDO CAÇAMBA, COLETOR VASSOURA HIDRÁULICA, O ANO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO;	HORA	3.500,00000			
						Soma:
Lote: 8 - [LOCAÇÃO DE MINI CARREGADEIRA COM VASSOURA CERDA NYLON OU POLIPROPILENO]						
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
1	LOCAÇÃO DE MINI CARREGADEIRA POTÊNCIA MÍNIMA 57 HP COM ENGATE RÁPIDO CAÇAMBA, COLETOR VASSOURA HIDRÁULICA COM CERDAS DE NYLON OU POLIPROPILENO, O ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO;	HORA	1.600,00000			
						Soma:
Lote: 9 - [LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA]						
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
1	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA C/MOTORISTA E DIESEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12.000 LITROS, COM BARRA DE IRRIGAÇÃO TRASEIRA PARA DISTRIBUIÇÃO UNIFORME DE ÁGUA POR GRAVIDADE, MANGUEIRA AUXILIAR DE LIMPEZA PARA LAVAGENS DE PISOS E PISTAS, RABO DE PAVÃO (ASPERSOR TRASEIRO) PARA UMIDIFICAÇÃO DE VIAS E ACESSOS, CANHÃO DE ÁGUA COM ACIONAMENTO PNEUMÁTICO, BOMBA PARA ABASTECIMENTO, IRRIGAÇÃO, TRATAMENTO DE SOLO EM GERAL, O ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO.	HORA	1.800,00000			
						Soma:
Lote: 10 - [LOCAÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA]						
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
1	LOCAÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA 4 X 4, POTÊNCIA MÍNIMA DE 75 HP ANO NÃO INFERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO	HORA	1.500,00000			
						Soma:
Lote: 11 - [LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PRANCHA]						



Município de Castro

Diretoria de Suprimentos

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PRANCHA COM MOTORISTA, PARA TRANSPORTE DE MAQUINAS/EQUIPAMENTOS PESADOS, REVISADO EM BOAS CONDIÇÕES DE USO	QUILÔMETRO	1.500,00000		
					Soma:
Lote: 12 - [LOCAÇÃO DE MINI ESCADEIRA]					
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE MINI-ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM CAPACIDADE DE PESO OPERACIONAL DA MÁQUINA DE NO MÍNIMO 3.600 KG, COM NO MÁXIMO 05 ANOS DE FABRICAÇÃO, INCLUSO CUSTOS DE MANUTENÇÃO, COMBUSTÍVEL E OPERADOR	HORA	2.300,00000		
					Soma:
Lote: 13 - [LOCAÇÃO PATRULHA RURAL]					
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE MOTONIVELADORA C/ ESCARIFICADOR TRASEIRO, POTÊNCIA MÍNIMA 165 HP - REVISADA, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO.	HORA	1.800,00000		
2	LOCAÇÃO DE ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO CORRUGADO - POTÊNCIA BRUTA 130 HP - FREQUÊNCIA 31,9 HZ, AMPLITUDE MÁXIMA 1,7 MM, FORÇA CENTRÍFUGA MÁXIMA 266 KL, REVISADO, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, O ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO.	HORA	1.700,00000		
3	LOCAÇÃO DE ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO LISO - POTÊNCIA BRUTA 130 HP - FREQUÊNCIA 31,9 HZ, AMPLITUDE MÁXIMA 1,7 MM, FORÇA CENTRÍFUGA MÁXIMA 266 KL, REVISADO, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, O ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO.	HORA	1.600,00000		
4	LOCAÇÃO DE RETROESCAVADEIRA 4 X 4 POTÊNCIA MÍNIMA BRUTA 77 HP - REVISADA, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, O ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO.	HORA	1.600,00000		
5	LOCAÇÃO DE CAMINHÕES TRUCK CAÇAMBA, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12 M³, COM MOTORISTA E DIESEL POR CONTA DO LICITANTE VENCEDOR, REVISADO EM BOAS CONDIÇÕES E USO	QUILÔMETRO	260.000,00000		
6	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA C/MOTORISTA E DIESEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12.000 LITROS, COM BARRA DE IRRIGAÇÃO TRASEIRA PARA DISTRIBUIÇÃO UNIFORME DE ÁGUA POR GRAVIDADE, MANGUEIRA AUXILIAR DE LIMPEZA PARA LAVAGENS DE PISOS E PISTAS, RABO DE PAVÃO (ASPELOR TRASEIRO) PARA UMIDIFICAÇÃO DE VIAS E ACESSOS, CANHÃO DE ÁGUA COM ACIONAMENTO PNEUMÁTICO, BOMBA PARA ABASTECIMENTO, IRRIGAÇÃO, TRATAMENTO DE SOLO EM GERAL, O ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO.	HORA	1.800,00000		
					Soma:
					Valor Total

3. Declaramos, para fins de participação no certame em epígrafe, e em atendimento ao disposto no § 1º do art. 63 da Lei nº 14.133/2021, que a proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos necessários para atendimento de todos os direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega da proposta.

4. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.



Município de Castro

Diretoria de Suprimentos

5. A empresa licitante/participante atesta o atendimento das condições, especificações e exigências técnicas conforme o Edital e demais anexos.
6. A empresa licitante/participante atesta o atendimento das condições referentes aos prazos e garantias conforme requerido no Termo de Referência (anexo 2).
7. Validade da Proposta: 90 (noventa) dias.

Castro, XX de XXXX de 2026

Representante Legal



Município de Castro

Diretoria de Suprimentos

ANEXO IV

MODELO DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: _____, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por _____, portador da Carteira de Identidade n.º _____, CPF n.º _____, residente e domiciliado na Rua _____, n.º _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____.

OUTORGADO: _____, portador da Carteira de Identidade n.º _____, e do CPF n.º _____, residente e domiciliado no(a) _____, n.º _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) **Pregão Eletrônico n.º 076/2026**, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Castro, dede 2026

OUTORGANTE



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA – PE 076/2026

(timbre ou identificação do licitante)

_____, inscrito no CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º X.XX.***-* e do CPF n.º XXX.***.***-**, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório, instaurado pelo Município de Castro, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

2. DECLARAÇÃO QUE CUMPRE OS REQUISITOS DO EDITAL

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do presente procedimento licitatório que cumprimos plenamente os requisitos exigidos na fase de habilitação.

3. DECLARAÇÃO DE COTAS DE APRENDIZAGEM

Declaramos, sob as penas da Lei, que cumprimos a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho CLT, e em outras normas específicas e correlatas

4. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

4.1 Não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

5. DECLARAÇÃO DE NÃO EXPLORAÇÃO DE TRABALHO ESCRAVO E INFANTIL

Declaramos que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste procedimento, não fomos condenados judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por



Município de Castro

Diretoria de Suprimentos

submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

6. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENOR TRABALHADOR

Declaramos que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, VI do art. 68 da Lei n.º 14.133, de 01 de Abril de 2021, c/c pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1.999.

7. DECLARAÇÃO DE NÃO EXECUTAR TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO

Declaramos que não possuímos, em nossa cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art 5º da Constituição Federal.

8. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – PCD

Declaramos que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente declaração.

Castro, ____ de _____ de 2026

Nome do representante legal



Município de Castro

Diretoria de Suprimentos

ANEXO VI

ÓRGÃOS PARTICIPANTES E RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Infraestrutura do Interior e Logística

Gestor Titular: Rodrigo da Silva Bueno

Cargo: Assessor Especial de Infraestrutura do Interior e Logística

Matrícula: 9697578

Email: pqm@castro.pr.gov.br

Fone: 0(42)-2122-5086

Fiscal de Contrato: Daniel Machado Xavier

Cargo: Superintendente de Serviços

Matrícula: 714097

Fone: 0(42)-2122-5086

Fiscal de Contrato: Marcos Voss

Cargo: Diretor de vias Rurais

Matrícula: 9911

Email: pqm@castro.pr.gov.br

Fone: 0(42)-2122-5084

Secretaria Municipal de Governo (Departamento de Serviços)

Fiscal de Contrato: Sandro Marcos Kiel

Cargo: Assessor Especial de Serviços

Matrícula: 857548

Email: sandro.kiel@castro.pr.gov.br

Fone: 0(42)-2122-5538



Município de Castro

Diretoria de Suprimentos

ANEXO VII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 076/2026

PROCESSO DIGITAL N.º 19578/2026

VALIDADE DA ATA: /2027

MUNICÍPIO DE CASTRO, ESTADO DO PARANÁ, localizado no endereço, na Praça Pedro Kaled, nº 22, CEP 84.165-540, Castro-PR, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no **Pregão Eletrônico n.º 076/2026**, por aqui representado pelo **SR. REINALDO CARDOSO, PREFEITO MUNICIPAL**, através de pregão, na forma eletrônica, referente a **Contratação de Empresa Especializada Visando a Prestação de Serviços de Locação de Equipamentos, Máquinas e Caminhões Equipados (os) Com Sistema Via Satélite (GPS) por Hora Máquina, Com Seus Respectivos Operadores Com Vigência de Preços Pelo Período de 12 (doze) Meses**. Conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital, Termo de Referência e ETP (ANEXO 01) deste certame, visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

Lote: 1 - [LOCAÇÃO DE MOTONIVELADORA]					
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE MOTONIVELADORA C/ ESCARIFICADOR TRASEIRO, POTÊNCIA MÍNIMA 165 HP - REVISADA, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO.	HORA	13.800,00000		
					Soma:
Lote: 2 - [LOCAÇÃO DE RETRO ESCAVADEIRA]					
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE RETROESCAVADEIRA 4 X 4 POTÊNCIA MÍNIMA BRUTA 77 HP - REVISADA, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, O ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO.	HORA	9.000,00000		



Município de Castro

Diretoria de Suprimentos

					Soma:
Lote: 3 - [LOCAÇÃO DE ROLO COMPACTADOR LISO]					
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO LISO - POTÊNCIA BRUTA 130 HP - FREQUÊNCIA 31,9 HZ, AMPLITUDE MÁXIMA 1,7 MM, FORÇA CENTRÍFUGA MÁXIMA 266 KL, REVISADO, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, O ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO.	HORA	6.500,00000		
					Soma:
Lote: 4 - [LOCAÇÃO DE ROLO COMPACTADOR CORRUGADO]					
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO CORRUGADO - POTÊNCIA BRUTA 130 HP - FREQUÊNCIA 31,9 HZ, AMPLITUDE MÁXIMA 1,7 MM, FORÇA CENTRÍFUGA MÁXIMA 266 KL, REVISADO, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, O ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO.	HORA	2.400,00000		
					Soma:
Lote: 5 - [LOCAÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA]					
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, POTÊNCIA BRUTA MÍNIMA 155 HP, PROFUNDIDADE DE ESCAVAÇÃO MÍNIMA 6.100 MM, ESTEIRA C/ MÍNIMO DE 09 ROLETES, COM CABINE FECHADA, AR CONDICIONADO, REVISADA, BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, O ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO.	HORA	4.000,00000		
					Soma:
Lote: 6 - [LOCAÇÃO DE ROLO PNEUMÁTICO]					
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE ROLO PNEUMÁTICO, DIESEL CILINDRADA: 5900 CM ³ (5,9L), POTÊNCIA NO VOLANTE: 111 HP (83 KW) TORQUE MÁXIMO: 400 NM A 1200 RPM, PESO SEM LASTRO: 9500 KG PESO COM AREIA ÚMIDA: 22.400 KG, PESO COM AREIA E FERRO: 26000, ANO NÃO SUPERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO.	HORA	3.600,00000		
					Soma:
Lote: 7 - [LOCAÇÃO DE MINI CARREGADEIRA COM VASSOURA HID]					
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE MINI CARREGADEIRA POTÊNCIA MÍNIMA 57 HP COM ENGATE RÁPIDO CAÇAMBA, COLETOR VASSOURA HIDRÁULICA, O ANO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO;	HORA	3.500,00000		
					Soma:
Lote: 8 - [LOCAÇÃO DE MINI CARREGADEIRA COM VASSOURA CERDA NYLON OU POLIPROPILENO]					
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE MINI CARREGADEIRA POTÊNCIA MÍNIMA 57 HP COM ENGATE RÁPIDO CAÇAMBA, COLETOR VASSOURA HIDRÁULICA COM CÉRDAS DE NYLON OU POLIPROPILENO, O ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO;	HORA	1.600,00000		
					Soma:
Lote: 9 - [LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA]					
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total



Município de Castro

Diretoria de Suprimentos

1	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA C/MOTORISTA E DIESEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12.000 LITROS, COM BARRA DE IRRIGAÇÃO TRASEIRA PARA DISTRIBUIÇÃO UNIFORME DE ÁGUA POR GRAVIDADE, MANGUEIRA AUXILIAR DE LIMPEZA PARA LAVAGENS DE PISOS E PISTAS, RABO DE PAVÃO (ASPERSOR TRASEIRO) PARA UMIDIFICAÇÃO DE VIAS E ACESSOS, CANHÃO DE ÁGUA COM ACIONAMENTO PNEUMÁTICO, BOMBA PARA ABASTECIMENTO, IRRIGAÇÃO, TRATAMENTO DE SOLO EM GERAL, O ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO.	HORA	1.800,00000		
					Soma:
Lote: 10 - [LOCAÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA]					
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA 4 X 4, POTÊNCIA MÍNIMA DE 75 HP ANO NÃO INFERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO	HORA	1.500,00000		
					Soma:
Lote: 11 - [LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PRANCHA]					
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PRANCHA COM MOTORISTA, PARA TRANSPORTE DE MAQUINAS/EQUIPAMENTOS PESADOS, REVISADO EM BOAS CONDIÇÕES DE USO	QUILÔMETRO	1.500,00000		
					Soma:
Lote: 12 - [LOCAÇÃO DE MINI ESCADEIRA]					
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE MINI-ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM CAPACIDADE DE PESO OPERACIONAL DA MÁQUINA DE NO MÍNIMO 3.600 KG, COM NO MÁXIMO 05 ANOS DE FABRICAÇÃO, INCLUSO CUSTOS DE MANUTENÇÃO, COMBUSTÍVEL E OPERADOR	HORA	2.300,00000		
					Soma:
Lote: 13 - [LOCAÇÃO PATRULHA RURAL]					
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE MOTONIVELADORA C/ ESCARIFICADOR TRASEIRO, POTÊNCIA MÍNIMA 165 HP - REVISADA, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO.	HORA	1.800,00000		
2	LOCAÇÃO DE ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO CORRUGADO - POTÊNCIA BRUTA 130 HP - FREQUÊNCIA 31,9 HZ, AMPLITUDE MÁXIMA 1,7 MM, FORÇA CENTRÍFUGA MÁXIMA 266 KL, REVISADO, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, O ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO.	HORA	1.700,00000		
3	LOCAÇÃO DE ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO LISO - POTÊNCIA BRUTA 130 HP - FREQUÊNCIA 31,9 HZ, AMPLITUDE MÁXIMA 1,7 MM, FORÇA CENTRÍFUGA MÁXIMA 266 KL, REVISADO, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, O ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO.	HORA	1.600,00000		
4	LOCAÇÃO DE RETROESCAVADEIRA 4 X 4 POTÊNCIA MÍNIMA BRUTA 77 HP - REVISADA, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, O ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO.	HORA	1.600,00000		
5	LOCAÇÃO DE CAMINHÕES TRUCK CAÇAMBA, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12 M³, COM MOTORISTA E DIESEL POR CONTA DO LICITANTE VENCEDOR, REVISADO EM BOAS CONDIÇÕES E USO	QUILÔMETRO	260.000,00000		
6	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA C/MOTORISTA E DIESEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12.000 LITROS, COM BARRA DE IRRIGAÇÃO TRASEIRA PARA DISTRIBUIÇÃO UNIFORME DE ÁGUA POR GRAVIDADE, MANGUEIRA AUXILIAR DE LIMPEZA PARA LAVAGENS DE PISOS E PISTAS, RABO DE PAVÃO (ASPERSOR TRASEIRO) PARA UMIDIFICAÇÃO DE VIAS E ACESSOS, CANHÃO DE ÁGUA COM ACIONAMENTO PNEUMÁTICO, BOMBA PARA ABASTECIMENTO, IRRIGAÇÃO, TRATAMENTO DE SOLO EM	HORA	1.800,00000		



Município de Castro

Diretoria de Suprimentos

	GERAL, O ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 (CINCO) ANOS DE USO.				
					Soma:
				Valor Total	

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

- a.** Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a **vigência de 1 (um) ano ou 12 (doze) meses**, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial.
- b.** No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.
- c.** O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

a. A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido ao disposto no Decreto nº 1428, de 2023.

a.1 A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata depende de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

a.2 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA tendo por termo inicial a data da apresentação da proposta e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

- O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

- O transcurso do período citado no item **a.2** sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

a. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

a.1. For liberado;

a.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

a.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

a.4. Sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

a.5. Não aceitar o preço revisado pela Administração.

b. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.



Município de Castro

Diretoria de Suprimentos

c. O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

d. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

a. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

a.1 Pelo decurso do prazo de vigência;

a.2 Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

a.3 Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

a.4 Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

b. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do disposto na aplicação da Lei Federal n.º 14.133/2021 e do Decreto n.º 1428/2023

CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO

Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com as devidas publicações do resumo no Diário Oficial.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

a. Constituem obrigações do Fornecedor:

a.1 Assinar esta Ata e receber a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;**

a.2. Responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

a.3. Manter as condições de habilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

a. Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:

a.1. Tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

a.2. Verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, sobretudo em relação aos valores praticados, bem como assegurar-se que a contratação a ser feita ainda atenda aos seus interesses, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;

a.3 Zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE



Município de Castro

Diretoria de Suprimentos

a. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado, conforme o disposto no Decreto nº 1428/2023.

b. A ata de registro de preços será divulgada no portal do Município e Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Castro, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente CONTRATO.

Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Castro, ____ de _____ de 2026

REINALDO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

VENCEDORA



Município de Castro

Diretoria de Suprimentos

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE – PE 076/2026

_____, inscrito no CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º X.XX*.***-* e do CPF n.º XXX.***.***-**, DECLARA, para os fins dispostos, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

() COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Castro, ____ de _____ de 2026

Representante Legal



Município de Castro

Diretoria de Suprimentos

ANEXO IX

DECLARAÇÃO LGPD – PE 076/2026

_____, inscrito no CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1.** Aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2.** Referentes a participações societárias;
- 1.3.** Informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4.** Endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5.** Relações de parentesco;
- 1.6.** Número de telefone;
- 1.7.** Sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.8.** Informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal



Município de Castro

Diretoria de Suprimentos

ANEXO X

DECRETO MUNICIPAL Nº 778/2023 – RETENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA

DECRETO Nº 778/2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE CASTRO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, CONSIDERANDO o disposto no art. 158, I da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário com Repercussão Geral nº 1.293.453 e na Ação Cível Originária nº 2897;

CONSIDERANDO o disposto na legislação tributária federal atinente à retenção de tributos, em especial o disposto na Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e respectivos regulamentos;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos para que a retenção e o recolhimento de tributos e contribuições sejam realizados em conformidade ao que determina a legislação, sem deixar de cumprir com as obrigações acessórias de prestação de informações à Receita Federal do Brasil,

RESOLVE:

Art. 1º A Secretaria Municipal de Fazenda, ao efetuar pagamento a pessoa física ou jurídica, referente a qualquer serviço ou mercadoria contratado e prestado, deverá proceder à retenção do imposto de renda (IR) em observância ao disposto neste Decreto.

Parágrafo único. As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.

Art. 3º A obrigação de retenção do IR alcançará todos os contratos e relações de compras e pagamentos efetuados pela Administração Pública Municipal.

Art. 4º Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão, a partir da vigência do presente Decreto, quando do faturamento dos bens e serviços prestados, observar às regras de retenção prevista na IN RFB nº 1.234/2012.

Art. 5º As notas fiscais emitidas em desacordo com as exigências da IN RFB nº 1.234/2012 não serão aceitas, devendo ser substituídas pelo fornecedor. A retenção deve ser informada no corpo da nota ou nos dados adicionais

§1º. Haverá retenção do imposto de renda retido na operação, mesmo que tal retenção não tenha sido destacada no documento fiscal.

§2º. A retenção deverá observar as alíquotas constantes do anexo I da Instrução Normativa 1234, de 2012 da RFB.

Art. 6º Os responsáveis pela elaboração de editais de licitação, de contratos e de notas de empenho incluirão, nesses instrumentos, cláusula prevendo a aplicação da IN RFB Nº 1.234/2012 ou a que vier a substituí-la, nos termos deste Decreto.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Castro, 19 de junho de 2023.


ALVARO TELLES
PREFEITO MUNICIPAL



Município de Castro

Diretoria de Suprimentos

ANEXO XI

LEI ESTADUAL Nº 18.712/2016 – CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES ATRAVÉS DAS AGENCIAS DO TRABALHADOR DO PARANÁ



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Lei 18.712 - 07 de Março de 2016

Publicada no [Diário Oficial nº. 10266](#) de 3 de Setembro de 2018

Contratação de trabalhadores a partir de consulta ao banco de dados das Agências do Trabalhador do Paraná pelas empresas concessionárias, permissionárias e terceirizadas de serviços públicos estaduais, empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como empresas beneficiadas com programas de fomento no Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do artigo 71 da Constituição Estadual, os seguintes dispositivos do Projeto de Lei nº 2/2015:

Art. 1º As empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, as empresas terceirizadas que prestam serviços a órgãos da Administração direta, indireta e autarquias do Estado, as empresas públicas e sociedades de economia mista, assim como empresas beneficiadas com programas de fomento do Estado do Paraná deverão utilizar o banco de dados das Agências do Trabalhador do Estado do Paraná – Portal MTE – Mais Empregos – para preencher seus novos quadros de trabalhadores.

Art. 2º As empresas definidas no art. 1º desta Lei e que a infringirem estarão sujeitas às seguintes sanções, garantido o devido processo legal:

I – advertência;

II - multa, na forma prevista no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar ou receber benefícios da Administração, por prazo não superior a dois anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar, contratar ou receber benefícios da Administração Pública, por prazo não superior a cinco anos.

Parágrafo único. Caberá ao órgão contratante fiscalizar o cumprimento da presente Lei.

Art. 3º Ficarão isentas de qualquer sanção as empresas descritas no art. 1º desta Lei que demonstrarem, mediante certidão do respectivo órgão gestor, ter buscado contratação a partir do banco de dados das Agências do Trabalhador do Estado sem, no entanto, conseguirem preencher as vagas em face da ausência de inscritos para o perfil da atividade a ser desenvolvida.

Parágrafo único. As empresas descritas no art. 1º desta Lei deverão oferecer aos trabalhadores a serem contratados via Agências do Trabalhador salário compatível com a categoria e com o salário-mínimo regional, qualificação técnica de acordo com a função a ser exercida e benefícios inerentes à função.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Art. 4º Nos editais de licitação que visem à contratação de empresas concessionárias, permissionárias ou terceirizadas de serviços públicos, deverá conter cláusula que especifique a obrigatoriedade de cumprimento da presente Lei.

Art. 5º No ato de concessão de benefícios fiscais, financeiros e incentivos concedidos pelo Estado do Paraná às empresas, deverá conter cláusula que obrigue o cumprimento da presente Lei.

Art. 6º As empresas cujos contratos com o Poder Público tenham sido firmados anteriormente à presente Lei se adaptarão à medida da necessidade de preenchimento de novas vagas de emprego.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor trinta dias após sua publicação.

Deputado Ademar Luiz Traiano
Presidente

Deputado Luiz Claudio Romanelli